



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS SÃO IGUAIS A GASTO INEFICIENTE? ORÇAMENTO E VOTO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS
Autor	LIDIA NICOLE DOS SANTOS TEN CATE
Orientador	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS SÃO IGUAIS A GASTO INEFICIENTE? ORÇAMENTO E VOTO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Lidia Nicole Ten Cate¹

André Marengo²

O presente estudo busca mensurar o efeito do recebimento de emendas orçamentárias nas administrações municipais brasileiras. Emendas são voluntárias, isso lhes confere caráter negociável e discricionário (MAYHEW, 1974; SHEPSLE; WEINGAST, 1981; CAIN; FIORINA, 1987). Nas últimas décadas foram muitos os estudos que analisaram estes dispositivos no Brasil (AMES, 2003; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002; CARVALHO, 2003). Estes, no entanto, concentraram-se nas motivações para alocar recursos e não nos seus efeitos. A fim de preencher essa lacuna serão analisados municípios que recebem emendas. Em específico serão avaliadas alterações na dinâmica orçamentária e eleitoral dessas localidades geradas pelo recebimento de recursos oriundos de emendas orçamentárias. Estudos sobre o tema identificam retorno político para prefeitos que recebem emendas durante mandatos (BAIÃO, 2016). A primeira hipótese é que quanto maior a proporção de recursos de emendas no orçamento, menor a competição eleitoral na próxima eleição. No orçamento as emendas beneficiam mais algumas funções de gastos específicas (Siga Brasil, 2020). Relacionando essa concentração com o retorno político mencionado, a segunda hipótese considera que quanto maior a proporção de recursos originários de emendas alocados nas funções educação, saúde, urbanismo, agricultura e desporto e lazer, maior o retorno eleitoral sob a forma de reeleição. Em relação ao total orçamentário municipal, valores empregados em emendas são um dos poucos dispositivos que permite expansões significativas do gasto. Dessa forma a terceira hipótese supõe as emendas como principal meio de expansão orçamentária nos municípios. A metodologia utiliza dados abertos de diversas bases (Portal da Transparência, TSE, IBGE e Tesouro Nacional). Na análise emprega-se estatística descritiva e inferencial, através de linguagem R. Os modelos estatísticos utilizam como variável independente os montantes alocados em emendas aos municípios e como dependentes informações sobre eleições de 2016 e variações nos orçamentos entre 2014-2016. Os resultados colaboram com a compreensão da magnitude que os recursos de emendas têm nos municípios.

Palavras-chave: Emendas Orçamentárias; Municípios; Eleições;

¹ Autora – Graduada em Políticas Públicas pela UFRGS

² Orientador – Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da UFRGS